



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

SERVIÇO SOCIAL E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A INCORPORAÇÃO DA CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO NO DEBATE PROFISSIONAL

Ana Carla Werneque Ribas¹
Mirella Rocha²

Resumo: O presente artigo visa a problematizar a apropriação da categoria superexploração da força de trabalho no Serviço Social. Inicia-se a análise a partir da interlocução entre a profissão e a tradição marxista. A nosso ver, a chegada das ideias de Marx pode ser uma chave interpretativa para compreender o fenômeno. Conclui-se que a incorporação sem mediações dessa categoria pode reiterar o ecletismo.

Palavras-Chave Tradição marxista. Superexploração. Serviço Social.

Abstract: The present article aims to problematize the appropriation of the category superexploration of the labor force in Social Work. The analysis begins from the interlocution between the profession and the Marxist tradition - in our view - the arrival of the ideas of Marx can be an interpretative key to understand the phenomenon. We conclude that the unmediated incorporation of this category can reiterate eclecticism.

Keywords Marxist tradition. Superexploration. Social Service.

INTRODUÇÃO

O debate sobre as possibilidades do desenvolvimento em nosso continente e os limites do capitalismo dependente historicamente vem sendo um tema amplamente discutido entre inúmeros pesquisadores em suas diversas perspectivas, com especial incidência a partir da primeira década dos anos 2000, por meio da materialidade do ciclo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e da falência da estratégia democrático-popular (IASI, NEVES, MANSUR, 2019).

Acreditamos que a atualidade do debate sobre o (sub)desenvolvimento e suas implicações políticas em nosso continente, inserida no paradigma da Teoria Marxista da Dependência (TMD), é uma possibilidade real de aglutinar o campo teórico que enfrente a “questão social” nos marcos da dependência latino-americana, ou seja, no seu pressuposto essencial, que é o da superexploração da força de trabalho.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: anacarlawribas@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: anacarlawribas@gmail.com.

A referida categoria foi desenvolvida pelo intelectual e militante Ruy Mauro Marini no bojo da proposta inaugurada pela Teoria da Dependência em sua versão marxista a partir dos anos 1960. Na contramare dominante do marxismo centrado na experiência histórica capitalismo euro-ocidental, os intérpretes da TMD buscaram novas interpretações para as causas da dependência e as tendências da exploração capitalista na América Latina.

No momento histórico em que escrevemos esta comunicação, a TMD no Serviço social já deixou de ser uma teoria completamente desconhecida, assim como deixou de estar restrita a pequenos grupos de pesquisadores, passando a ser cada vez mais utilizada e reivindicada como alternativa para compreender as particularidades de nossa realidade latino-americana e brasileira. Essa adesão suscitou um alerta do renomado professor e pesquisador José Paulo Netto: em conferência realizada na 15ª edição do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), com o tema “Superexploração do trabalho, destruição dos direitos e a organização da classe trabalhadora”, no ano de 2016. Ele sinaliza certa preocupação acerca da recorrência das teses de Marini no âmbito do Serviço Social, ao inferir que a retomada desse pensamento pelos assistentes sociais pode significar a reiteração do ecletismo, tendo em vista uma possível fetichização do escopo teórico, especialmente da categoria superexploração, bem como a particular aproximação do Serviço Social à tradição marxista.

Nessa perspectiva, o presente artigo visa a recuperar a análise crítica em relação às tendências de aproximação ao marxismo, observadas no processo histórico do Serviço Social brasileiro, bem como retomar em paralelo o núcleo essencial da categoria superexploração da força de trabalho, trazendo para o centro do debate a crítica de Ruy Mauro Marini acerca das tendências da incorporação do pensamento de Marx, em seu tempo histórico.

O reimpulso da TMD nas ciências sociais como um todo e especialmente no Serviço Social reabre uma oportunidade histórica de se debater com responsabilidade e honestidade teórico-política as formulações originárias da vertente, bem como analisar e compreender as tendências teórico-políticas no âmbito do Serviço Social, tendo a profissão como nosso ponto de chegada e partida. Esperamos que este texto e a oportunidade de debate no Congresso deste ano possam contribuir com essa tarefa.

Para tanto, este trabalho é composto por quatro partes, sendo elas: esta introdução, um primeiro item em que se discute a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, outro em que se apresenta o conteúdo da categoria superexploração desde a TMD, e por fim algumas notas conclusivas.

SERVIÇO SOCIAL, TRADIÇÃO MARXISTA E O SINCRETISMO

A interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, de acordo com Quiroga (1991), é resultante de uma série de determinantes históricos, sociais e políticos. Netto (1989; 1996; [1992] 2011 e [1994] 2015) nos traz uma contribuição fundamental para se compreender os desdobramentos dessa aproximação, apontando os seus limites e possibilidades.

Os primeiros contatos entre setores do Serviço Social e a tradição marxista se configura no percurso dos anos de 1960, no marco da renovação profissional, período em que a profissão já havia alcançado expressivo patamar de institucionalização.

Segundo Netto (1996), o conservadorismo que predominava no campo profissional somado à ausência de uma clara preocupação teórica, entre os assistentes sociais, foram os elementos indutores de uma tardia aproximação.

Em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando as conjunturas brasileira e latino-americana eram, fortemente, pressionadas por uma conexão entre a autocracia burguesa e um governo militar ditatorial, os assistentes sociais impulsionaram um movimento que realizou uma análise crítica da formação e do exercício profissional, no contexto de suas realidades nacionais. Esse processo não representou um movimento particular e isolado, ao contrário, foi resultado, como indicado inicialmente, da combinação de determinações da conjuntura social, política e econômica da América Latina, que se convencionou chamar de Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Entretanto, esse processo de reflexão e de crítica sobre o Serviço Social apresentou contradições no âmbito da categoria, cujas expressões apontaram diferentes posições no contexto da renovação profissional no Brasil.

Netto ([1994] 2015), ao efetuar uma exaustiva análise da gênese, do desenvolvimento e da crise da autocracia burguesa no país, aponta os caminhos da renovação empreendida pelo Serviço Social naquele período. Dessa forma, afirma que, diante do processo de erosão do Serviço Social tradicional, a reflexão no âmbito profissional desenvolveu-se diferencialmente, quer cronológica, quer teoricamente, em três direções principais; são elas: a de modernização, a de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura.

Por questões metodológicas, neste momento, não iremos abordar individualmente cada uma das direções de renovação do Serviço Social. Cabe dizer que é na perspectiva de ruptura que “pela primeira vez a tradição marxista se inscreve no universo simbólico dos assistentes sociais de maneira significativa” (Netto, [1994] 2015, p. 341). O autor justifica tal afirmação tendo em vista o que diversamente ocorreu ao longo de seu processo – ou seja, os rumos assumidos pelo debate brasileiro estabelecem uma relação de continuidade e ruptura com os interrogantes do movimento de reconceituação (IAMAMOTO, 2018).

O projeto de ruptura, conforme Netto, aproxima-se da tradição marxista especialmente pelo viés posto pela militância política. Dadas as circunstâncias da época, essa aproximação padece de vícios óbvios. Para o autor, “O que ocorreu [...] foi uma aproximação enviesada de setores do Serviço Social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes clássicas” (1989, p. 98). Entre os vários determinantes que colaboraram para essa “aproximação enviesada”, o referido pesquisador destaca três principais:

A resultante deste jogo polifacético foi uma aproximação muito peculiar entre setores do Serviço Social à tradição marxista. Eu diria que ela se singularizou por três laços interligados. Em primeiro lugar, tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas – as requisições que a comandavam foram de natureza sobre ideopolítica, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ ou aos “clássicos” da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis (p.97).

Como já analisou Quiroga (1991), essa aproximação foi presidida por um “marxismo sem Marx”, fazendo uso de um marxismo vulgar. Recorremos novamente a Netto, o qual reforça que:

[...] A riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por intérpretes os mais desiguais. A própria diferenciação da tradição marxista foi cancelada pelo recurso a uma só de suas correntes, dogmaticamente situada como a “autêntica”, ou diluída em “sínteses” cujo suporte é o ecletismo mais desabusado. No limite, o que resultou foi menos a incorporação de componentes teórico-metodológicos e crítico-analíticos do que um acervo de núcleos temáticos que, desvinculados da sua contextualidade, tenderam para o clichê e a palavra-de-ordem” (1989, p. 97-98).

Desse modo, fica claro que os desdobramentos da contribuição de Marx significaram uma possibilidade não só de enriquecimentos, mas também de distorções e empobrecimento, quando se tornaram produto de influências reducionistas, que minaram algumas leituras que se fizeram de sua obra, entre essas, encontra-se a influência do Positivismo.

A proposta em discussão exemplifica tipicamente o que Quiroga (1991) qualifica de “invasão às ocultas” do positivismo no marxismo. A citada autora faz notar que a Reconceituação não rompeu radicalmente com uma herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, historicamente predominante, no Serviço Social.

Para Quiroga (1991), tais fatores explicam a aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação, por via de um marxismo positivista, suavizado nos moldes de Althusser e Harnecker. De acordo com a pesquisadora:

[...] historicamente a profissão do Serviço Social foi marcada pelo ecletismo no trato das várias formulações e correntes de pensamento. Quando se fala de ecletismo, na

verdade está-se fazendo referência a uma tendência sincrética à tolerância e à conciliação de posições heterogêneas e contrárias, assumidas como se fossem concordantes. Esse mosaico, que o Serviço Social sempre fez, tende a garantir uma posição moderada permanente, até mesmo de respeito à aceitação do próprio sincretismo” (QUIROGA, 1991, p. 90).

Conforme Netto (1989, p. 91) há um “antagonismo genético” entre o pensamento de Marx e o Serviço Social, mas, ao mesmo tempo, “os quadros macroscópicos inclusivos e abrangentes da sociedade burguesa” lhes constituem um denominador comum, sendo ambos “impensáveis fora do âmbito da sociedade burguesa”. Sob perspectivas diferentes, tanto o Serviço Social quanto o marxismo têm a questão social como substrato. Porém, enquanto o Serviço Social “surge vocacionado para subsidiar a administração da ‘questão social’ nos quadros da sociedade burguesa”, a questão social é para Marx, “um complexo absolutamente indivorciável do capitalismo”, que demanda a ultrapassagem dos marcos desse sistema.

Assim essa relação diversa com um mesmo substrato tem um “papel pouco significativo, se comparado com o que o distingue”. Com isso, o autor não exclui possibilidades de interlocução entre o Serviço Social e o pensamento de Marx, mas demonstra através do movimento que os incompatibiliza, implicações que “desenham um cenário de excludência” no plano teórico. Especialmente se levarmos em conta que a profissão se institucionaliza e se afirma nutrindo-se de um conjunto de saberes ancorados numa vertente teórica – a do pensamento conservador antagonista à marxista (TAVARES, 2013).

Efetivamente, como nos esforçamos para caracterizar aqui, a apropriação do Serviço Social com a tradição marxista não se deu sem que houvesse contratempos que dificultaram uma apropriação satisfatória da profissão com a riqueza e complexidade da teoria social inaugurada por Marx.

De acordo com Maranhão (2016), tais obstáculos acabaram criando condições desfavoráveis para que, por meio da teoria social de Marx, o Serviço Social construísse propostas de ação profissional alternativas aos modelos conservadores e pragmáticos que se limitam a reproduzir, de diferentes formas, o sincretismo.

Cabe retomar a importante tese de Netto ([1992] 2011) a respeito do sincretismo. Em seu livro “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, temos que:

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social ([1992] 2011, p. 92).

O ponto de partida formulado por Netto para apreender a estrutura sincrética do Serviço Social é uma contraposição crítica às abordagens anteriores. Tais abordagens geralmente deduzem a profissionalização do Serviço Social com base na existência da “questão social”, em uma derivação quase espontânea e natural. Pelo contrário, o autor destaca que os

resultados da acumulação do capital monopolista, tais como aparecem a partir da última década do século XIX (acirramento da luta de classes e pauperização absoluta e relativa), não significam, automaticamente, a elevação das “protoformas” ao estatuto da profissão (MARANHÃO, 2016).

Antes com a “questão social” em si mesma, em sua fenomenalidade, a articulação ontológica do Serviço Social profissional reside na nova dinâmica econômica e política estabelecida com a formação do capitalismo monopolista.

Em nossa análise, as contribuições dessa tese não se esgotam no período histórico em que foi criada, mas serve sobretudo como alicerce para a reflexão que desejamos estabelecer.

É oportuno enfatizar que o sincretismo no Serviço Social tem como contraface teórica o ecletismo (NETTO, [1992] 2011). Quando mencionamos o termo ecletismo, nos referimos especificamente à apropriação que o Serviço Social fez de diversas teorias sem o devido cuidado de se apropriar profundamente do pensamento dos autores e, muitas vezes, misturando concepções de mundo diversas. Isso aconteceu com o positivismo, com a fenomenologia e com o marxismo.

O traço do discurso eclético é tomar as categorias, ignorando os contextos teóricos originários de sua formação e adequando-as a utilizações imediatistas e puramente pragmáticas (NETTO, 2016). Dessa maneira, o ecletismo dilui categorias teóricas rigorosas em um caldo ideológico heterogêneo e viçoso.

É nesse caldo que a categoria superexploração tende a ser colocada, segundo Netto (2016), toda vez que o seu contexto original é negado, flexibilizando-a de modo a inseri-la em um mesmo discurso, por vez até mesmo antagônico ao que dispõe o seu debate genuíno e contexto material-histórico a que se refere.

Luce (2018) esclarece que a superexploração é, sem dúvida, a categoria mais lembrada do capitalismo dependente. Afirma ainda que grande parte do desconhecimento e dos equívocos sobre o significado da categoria é devido a uma série de confusões que possuem ora um fundo terminológico, em torno do vocábulo superexploração; ora um fundo em torno de suas formas aparentes, as quais são malcompreendidas como se fossem a própria essência da categoria.

A esse respeito, Netto, no CBAS do ano de 2016, problematizou que o uso da categoria superexploração vem sendo vulgarizado pelo Serviço Social, particularmente quando incorporado em nossos discursos profissionais e em nossa produção acadêmica. Tal expressão tem sido utilizada como uma espécie de panaceia, ou seja, vem sendo colocada como solução para todos os problemas. Nessa direção, o citado autor afirma que “ou nós

restituímos o conteúdo e a funcionalidade originais à categoria da superexploração, ou corremos o risco de torná-la mais um fetiche para adornar os nossos debates profissionais”.

A seguir, recupera-se o debate sobre a superexploração considerando o tratamento categorial inaugurado pela TMD.

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: e o seu conteúdo originário na Teoria Marxista da Dependência

O primeiro registro fundamental em nossa análise é elucidarmos que considerar o modo de produção capitalista na América Latina como “*capitalismo sui generis*” (MARINI, 1973) não significa que se trata de uma genericidade distinta daquela que peculiariza a produção e reprodução capitalista de modo geral. Trata-se da consideração das formas particulares que regem a reprodução do capital nas economias dependentes, no marco do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial.

Na análise da natureza ontológica das reflexões marxianas, Lukács (1979) vai inferir que não existe um método *a priori*, o qual indique o caminho correto para conhecer a realidade concreta:

Se Marx, como vimos, considera indispensável para o processo cognoscitivo as abstrações e as generalizações, igualmente indispensável lhe aparece a especificação dos complexos e das conexões concretas. Em termos ontológicos, especificação significa aqui o seguinte: *examinar a incidência de determinadas leis, de sua concretização, modificação, tendencialidade, de sua atuação concreta em concretas situações determinadas, em determinados complexos concretos. O conhecimento só pode abrir caminho para esses objetos investigando os traços particulares de cada complexo objetivo.* Por isso, falando do conhecimento relativo a um complexo tão central quanto o desenvolvimento desigual, diz Marx: “A dificuldade reside apenas na maneira geral de formular essas contradições. Uma vez especificadas, só por isso estão explicitadas”. O significado dessa afirmação ultrapassa de muito o âmbito concreto no qual foi formulada, embora — como veremos — não seja certamente casual o fato de ter sido enunciada a propósito do desenvolvimento desigual. Ou seja: expressa-se nela algo fortemente característico da ontologia marxiana do ser social, ou seja, a presença de dois pontos de vista que formam porém uma unidade: a unidade — dissociável no plano ideal-analítico, mas indissolúvel no plano ontológico — entre tendências de desenvolvimento gerais-legais e tendências particulares (LUKÁCS, 1979, p. 111, grifo nosso).

Para Lukács, portanto, o objeto da ontologia marxista, diferentemente da ontologia clássica e subsequente, é o que existe realmente: a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões em seu interior, com a totalidade.

Em Marini – para quem o rigor conceitual e metodológico é o que caracteriza em última instância a ortodoxia marxista – muitas análises sobre a dependência latino-americana incorreram em desvios, em seus termos:

Esses desvios nascem de uma dificuldade real: frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre

distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2005, p. 138).

Marini (2005) desvenda a fundamental importância da América Latina na consolidação do capitalismo mundial, que opera a própria expansão do mercado mundial pelo que desenvolve a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e aquelas não industriais. “O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma *melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la*” (MARINI, 2005, p. 151, grifo nosso).

A dependência³, de acordo com a análise de Marini (2005), pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual a produção dos países subordinados é conduzida de tal maneira que garanta a perpetuação dessa condição, o que sustenta a dominação a partir de dentro, tendo em vista a reformulação constante das relações sociais de produção.

Nessas economias, a superexploração da força de trabalho trata-se de um mecanismo típico adotado, como resposta à perda de valor das burguesias locais nos negócios internacionais, operada por meio da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa combinadas. Caracteriza-se como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre o desgaste físico e mental do trabalhador, e não sobre o desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

[...] A característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005, p.156).

³ "En el marxismo, la reflexión en torno a la *dependencia* no partió de cero; se apoyó en diversos trabajos que se habían realizado en años previos y que tenían como denominador común negar el carácter feudal de la formación social latinoamericana. Un trabajo pionero en este sentido es el libro de *Sergio Bagu Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada de América Latina [1949]*. Los trabajos iniciales de Andre Gunder Frank, donde criticaba la teoría del desarrollo y las tesis de una América Latina feudal, se ubican de lleno en la nueva corriente en torno a la dependencia y constituyen un parteaguas fundamental para el tratamiento de la temática [Cf. Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología: un examen del traje del emperador, 1969; e Capitalismo y subdesarrollo en América Latina, 1970]. (...) Entre otros estudios que incidieron en el problema, cabe mencionar en particular América Latina: feudal o capitalista? (1966)." (OSORIO, 2016, p. 57 e ss.)

Como consequência da superexploração da força de trabalho como eixo da acumulação de capital, a estrutura social das sociedades dependentes torna-se perversamente marcada pela forte concentração de renda e polarização da riqueza social, pelas altas taxas de desemprego, pelas diversas formas de subemprego e pela brutalização da vida dos trabalhadores.

Carcanholo (2013) ao realizar um resgate crítico a respeito das principais teses da TMD, retoma uma importante advertência metodológica realizada por Marini no início do citado ensaio “Dialética da Dependência”. Segundo Marini, existiriam, e ainda existem, dois tipos de desvios nas análises marxistas sobre a questão da dependência na América Latina, no que se refere à repetida inadequação da teoria existente, diante dos aspectos concretos da realidade latino-americana.

O primeiro desvio seria constatado à referida inadequação, empreender a “substituição do fato concreto pelo conceito abstrato” (Marini, 2005a, p. 137), desse modo, quando a teoria existente não consegue explicar a especificidade do objeto factual. Trata-se da ortodoxia marxista que, ao tratar do capitalismo nas economias dependentes, o faz como se ele fosse exatamente igual a todo e qualquer capitalismo. Assim, a análise desses capitalisms limitar-se-ia a replicar os conceitos já delineados por Marx, principalmente em sua obra de maturidade, “O Capital”. De acordo com Carcanholo (2013, p. 85), ao considerar que “tudo” já estaria em Marx, este desvio:

- 1) Entende ‘O Capital’ como se fosse um “manual”, a partir do qual toda sociedade capitalista deveria se encaixar no esquema teórico-conceitual que, pretensamente, estaria ali concebido.
- 2) Preconcebe um sistema lógico-conceitual, no qual se encaixaria qualquer sociedade capitalista.
- 3) Constitui-se, portanto, em uma concepção idealista, que trata como sistema lógico-conceitual aquilo que, mesmo em Marx, é uma teoria categorial, com base em vários níveis de abstração, determinados em função do próprio objeto.
- 4) Consequentemente, desrespeita os distintos níveis de abstração no que se refere às leis do modo de produção capitalista e às especificidades conjunturais históricas, como se não existisse historicidade no capitalismo, para além da historicidade do capitalismo.

O segundo tipo de desvio nas análises com algum grau de criticidade sobre a realidade dependente é a “adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (Marini, 2005a, p. 137). É quando ocorre algum descompasso entre a teoria existente e os fatos a serem explicados. Trata-se de um empiricismo que, ao não conseguir lidar com os distintos níveis de abstração e não lograr encaixar a realidade latino-americana no esquema conceitual, recorre a outras teorias ou a categorias e conceitos de outras teorias, ou, no limite, termina por negar qualquer validade da teoria marxista. Recorre-se, no melhor dos casos, ao ecletismo (CARCANHOLO, 2013).

Tanto um desvio quanto outro terminam mistificando a realidade dependente, ainda que com sinais contrários. O primeiro, por apagar as especificidades reais desta realidade. O

segundo, por, ao considerá-las, exagerar nessa consideração, como se constituíssem uma realidade inteiramente nova, tanto assim que requeria outra teoria (CARCANHOLO, 2013).

Esses desvios mistificadores têm uma base real concreta; ou seja, são também formas em que essa própria realidade se apresenta, como toda mistificação: “Frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações” (Marini, 2005a, p. 138).

Nessa direção, Marini tinha consciência da necessidade de manter o rigor metodológico para não cair nesses desvios, sob pena de deturpar e mistificar a realidade latino-americana, como o fizeram em seu tempo e continuam fazendo tais equívocos: “O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo” (Marini, 2005a, p. 139).

CONCLUSÃO

Como se tentou demonstrar ao longo deste artigo, pesquisar sobre a incorporação da categoria superexploração da força de trabalho no Serviço Social requer revisitar o processo de recepção das ideias do pensamento de Marx na profissão e ao mesmo tempo envolve elucidar as contradições pertinentes a ele.

É fundamental reforçar que o debate de fundo esteve ligado à questão do método marxiano, isto é, aos equívocos e imprecisões que ocorreram e continuam ocorrendo sobre as ideias de Marx, seja nos debates internos a Universidade, seja em relação àqueles protagonizados pelas organizações de esquerda do país.

Acredita-se que o possível aumento na produção teórica-acadêmica dos assistentes sociais acerca da categoria superexploração não se deu de maneira espontânea. Conclui-se que é fruto do tempo histórico presente relacionado com o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento em nossa sociedade que teve grande expressão a partir do ciclo dos governos do PT. Ao mesmo tempo, a preocupação central que motivou a escrita deste trabalho estabeleceu-se nas advertências apontadas por José Paulo Netto – as quais sinalizamos na introdução – a respeito de um provável uso fetichizado operado por pesquisadores da área sobre a categoria superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, reafirma-se a importância de se reivindicar a atualidade da superexploração desde seu intento teórico originário com a finalidade de subsidiar reflexões que coloquem na ordem do dia as contradições do capitalismo dependente, e não o seu ocultamento.

REFERÊNCIAS

- CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Maini. Brasília: Ipea, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e Serviço Social: Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, ago. 2018.
- NETTO, José Paulo. 15 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS); Mesa: “Superexploração do trabalho, destruição dos direitos e a organização da classe trabalhadora”. Vídeo disponibilizado no YouTube por Thiago Araújo. Recife, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e-5F4pSW6Yw> Acesso em 22 mai 2019.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016. Cap. 2. p. 165-205.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.
- _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- OSORIO, Jaime. Fundamentos de la superexplotación. **Razón y Revolución**, num. 25, 2013. Disponível em: <http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/117/116> Acesso em: 28 maio. 2019.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e Superexploração. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotonio [Coord]. **América Latina e os desafios da globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

TAVARES, Maria Augusta. Marx, marxismos e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p.9-11, jan. 2013. Editorial.